

Trans conseguem cotas e cursos em universidades, mas geram reações adversas



A UNB promoveu uma Drag Race para tornar o ambiente universitário mais acolhedor, mas atraiu críticas de conservadores. CRédito: André Gomes - Secom/UnB

“Comunista, baderneiro e viado.” Muitas dessas palavras foram escritas em uma carta anônima espalhada em pontos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pouco mais de uma semana após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Além dos ataques, continha ameaças a alguns estudantes e professores da instituição. Entre os citados, está a professora Luciana Vieira, coordenadora da diretoria LGBT da UFPE – primeira universidade do país a criar, em 2015, uma diretoria específica para a comunidade no campus.

(UOL Tab, 11/07/2019 - acesse no site de origem)

“Outra doutrinação perigosa é a Luciana Vieira/Sociologia. Ela apoia travecos (sic) a disseminarem a ideologia de gênero na TV da universidade. Seus orientandos também são todos degenerados”, dizia o documento apócrifo.

No mesmo ritmo em que políticas para promoção de direitos LGBT vêm mudando a cara de universidades públicas no Brasil, como as cotas para pessoas trans, crescem também mensagens de ódio e desrespeito dentro do campus. Para essas minorias, a permanência na universidade tem sido um ato de resistência.

Ao longo de 2019, a diretoria LGBT da UFPE voltou a sofrer ameaças em telefonemas anônimos. Desde então, o prédio da diretoria ganhou reforço na vigilância, e a professora Luciana Vieira passou a circular com segurança pessoal. “A violência LGBT está em todos os espaços da universidade, aqui não é uma bolha. Vivemos em um país lgbtfóbico, não seria diferente no âmbito da universidade”, diz Luciana.

Cota e inclusão

Um levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), divulgado em maio deste ano, mostra que a proporção de graduandos que não se classificam como heterossexuais não chega nem a um quinto do total. Na pergunta sobre orientação sexual inserida pela primeira vez na pesquisa, 16,4% se disseram LGBT num universo de 63 universidades e 424 mil estudantes.

No tópico sobre gênero, os que se declaram trans representam um universo muito menor: 0,2% do total. Porém, quando agrupados todos os universitários que não se identificam como cis (homem ou mulher), a proporção é de 11,6% do total. “Tais números nos levam a pensar que a

universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada”, diz o levantamento da Andifes na síntese dos resultados.

Estudantes com identificação trans começaram a ser incluídos nas cotas sociais na graduação desde o ano passado, mas o número de instituições com vagas reservadas para transexuais, travestis e transgênero ainda é pontual. Como não há legislação federal que regule essas cotas, as universidades têm autonomia para estabelecer novas políticas afirmativas.

Na graduação, começou com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2018, seguida pelas federais da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC). Em Pernambuco (UFPE), a previsão é que a resolução seja aprovada no segundo semestre de 2019. Nos programas de pós-graduação, há pelo menos 16 instituições federais e estaduais no país que já adotam cotas como política afirmativa para trans no ensino superior, segundo o Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE).

Especialista em educação, o diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Julvan Moreira, diz que as cotas públicas, assim como outras ações, são essenciais para ampliar vozes das minorias dentro do sistema educacional. “A função da universidade é reconhecer essas políticas de inserção na defesa de um público que é discriminado historicamente”, defende. No atual cenário político, afirma, é preciso cada vez mais que esses grupos ganhem espaço.

Na UFABC, onde a reserva de 32 vagas foi aprovada em outubro do ano passado, a diretora LGBT do Diretório Central dos Estudantes, Beatriz Baria, conta que foi difícil incluir as pessoas trans nas cotas sociais da universidade. “Foi um processo muito complicado, principalmente porque dentro desses conselhos existe uma bancada de professores conservadores. Essa [resolução] de reserva de vagas foi barrada várias vezes”, relata.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o pastor Tupirani da Hora entrou com uma ação popular contra a reserva de duas vagas para travestis e trans de um total de 25 na seleção de 2018 para o mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos. Líder da Igreja Geração Jesus Cristo (cujo lema é “Bíblia sim, Constituição não”), o pastor argumentou que a reserva de vagas ofende a ampla concorrência, a moralidade e a legalidade administrativa. A Justiça acabou suspendendo as vagas, em primeira e segunda instância.

Vitorioso, o pastor investiu contra as cotas sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), também no Rio de Janeiro, para suspender a reserva de vagas para candidatos trans no processo seletivo de 2018 do programa de mestrado e doutorado em Comunicação. Neste caso, a Justiça deu ganho de causa à UFF, que reserva uma vaga – adicional às 20 que oferece anualmente no programa de mestrado – para candidatos transgênero, transexuais ou travestis.

Visibilidade na universidade

“Eu sou um corpo muito visível dentro do espaço acadêmico.” Primeira travesti negra doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Megg Rayara diz que precisa provar diariamente que é capaz de produzir ciência dentro do campus.

“O tempo todo as pessoas estão analisando aquilo que a gente fala, o que a gente escreve, que a gente produz. Se eu tenho uma produção de qualidade é mérito meu, é mérito individualizado. Mas se por acaso eu faço uma bobagem, eu faço alguma besteira, isso vai

respingar no coletivo, nas outras meninas trans, nas outras travestis”, afirma Megg, hoje professora do Departamento de Educação da UFPR.

A forte presença de um movimento conservador dentro da universidade ficou clara para Megg já no processo de seleção para o mestrado. “Foram quatro tentativas. Era visível o desconforto de alguns professores quando eu chegava para fazer as entrevistas na banca. E eu nunca tinha sido reprovada na prova escrita”, lembra.

Ataques e discursos de ódio cresceram no país: a pesquisa “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, da organização de mídia Gênero e Número, mostra que 56% das travestis, homens e mulheres transexuais afirmaram ter sofrido violência mais de três vezes durante as eleições de 2018.

Em abril deste ano, Megg Rayara foi atacada em uma página no Facebook que se propõe a unir alunos e professores da UFPR “que prezem pela moral e os bons costumes”. A professora observa que lgbtfóbicos sempre existiram, circulando no espaço educacional em todos os níveis, inclusive no meio acadêmico. O que mudou foi a validação dos ataques: “O atual governo autorizou que essas pessoas se manifestassem de forma truculenta. Um governo que coloca a educação como inimiga é um governo preocupante”, critica a professora.

Luta e resistência no campus

“Há toda uma sociedade heteronormativa que desafia nossa existência dentro da universidade”, ressalta a presidente do Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE), Andreia Cantelli. Para ela, o sistema conservador é contra toda e qualquer cota, não somente para trans. As pessoas trans são afastadas dos direitos fundamentais por não corresponderem à normatização de gênero, afirma.

Uma pesquisa feita com mais de 250 estudantes trans do país, divulgada pelo IBTE em janeiro deste ano, mostrou que as principais dificuldades encontradas pela comunidade LGBT nos espaços educacionais são a negação ao nome social, ao uso dos banheiros e a invalidação das pesquisas acadêmicas.

Na USP, banheiros ganharam adesivos após uma aluna trans ser agredida por um grupo de mulheres no banheiro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 2016. Depois do ocorrido, o conselho estabeleceu que os banheiros da universidade podem ser usados de acordo a identidade de gênero.

Desde 2015 há uma resolução da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal que garante o uso do banheiro adequado ao gênero e a adoção do nome social nas instituições de ensino. A resolução, porém, não tem força de lei. Na época, o então deputado federal Jair Bolsonaro apresentou um projeto de decreto legislativo pedindo a suspensão da regulamentação. O projeto ainda aguarda designação de relator.

A criação de diretorias de diversidade pode ter papel fundamental no acolhimento do estudante LGBT no campus, que enfrenta desde piadas e comentários discriminatórios em sala de aula até assédio e agressões verbais e físicas dentro das universidades.

Graduando em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Gabriel Herculano lamenta não ter encontrado na instituição onde estuda um espaço que pudesse ajudá-lo quando estava em processo de transição. Homem trans, Gabriel já enfrentou muitos constrangimentos,

principalmente nos banheiros da universidade.

“Já houve muitos casos de homofobia e transfobia dentro do campus e ficou por isso mesmo, pois somos invisibilizados lá dentro. O que a gente busca é informações através de outros amigos LGBTQ+, mas sabemos que não estamos amparados, não há uma política pública para isso”, critica o estudante.

A Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante da UFPB afirmou que busca amparar a comunidade LGBT a partir de algumas ações pontuais. Entre elas, citou apoio psicológico, restaurante universitário e bolsa permanência quando o estudante se encontra em vulnerabilidade social.

Na Universidade de Brasília (UnB), a criação da Diretoria da Diversidade permitiu encaminhar e acompanhar casos de lgbtfobia no âmbito acadêmico. Além de capacitação profissional, a UnB dispõe de bolsas emergenciais de R\$ 465 para estudantes desabrigados após conflitos familiares, que o aluno pode receber por até três meses. Em média, 20 estudantes por semestre recebem o auxílio.

Política orçamentária

Mas o contingenciamento de verbas das universidades públicas, no valor de R\$ 5,8 bilhões, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) vem afetando pouco a pouco algumas das políticas públicas LGBT. A primeira vítima na UnB foi um programa de formação em diversidade destinado a professores, técnicos e estudantes, cancelado por falta de recursos.

Bastante criticado pelo corte no orçamento das universidades, o ministro da Educação Abraham Weintraub justificou a medida acusando o uso indevido de verbas públicas em situações de “balbúrdia”. Em abril deste ano, o ministro afirmou que universidades como a UnB têm permitido que aconteçam eventos políticos em suas instalações, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, declarou Weintraub.



Evento sobre drag queens na Universidade de Brasília (UnB) promove a diversidade dentro do campus. Crédito: André Gomes - Secom/UnB

Os exemplos que Weintraub citou levaram a diretoria da Diversidade da UnB a emitir uma nota em defesa do evento Drag Race, realizado em maio deste ano em alusão ao Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia e apontado como um exemplo de uso indevido de verbas públicas pela universidade.

“O evento foi idealizado e realizado coletivamente, sem a utilização de recursos financeiros da Universidade. O objetivo dessas ações é chamar a atenção da comunidade para a necessidade do reconhecimento e respeito às diversidades identitárias de gênero e orientações sexuais, com vistas a reduzir as violências e violações de direitos praticados pela sociedade de forma geral”, diz a nota.

Apesar do orçamento restrito, a maioria das iniciativas promovidas pela diretoria continuam, garante a diretora da Diversidade da UnB, Susana Xavier. Na UFPE, no entanto, os cortes do

MEC levaram a diretoria LGBT a adiar para o segundo semestre o lançamento do programa de rádio LGBT no Ar, à espera de uma última parcela de recursos para compra de equipamentos.

As políticas afirmativas para a comunidade LGBT, a exemplo de cotas para trans nas instituições que já adotaram tal medida, não correm risco devido à autonomia das universidades públicas. Mas todos os entrevistados concordam em um ponto: o momento não é favorável para quem é LGBT.

Solidariedade contra o preconceito

Na UFABC, o DCE busca parcerias com repúblicas que sejam acessíveis, baratas e “LGBT Friendly” a fim de amparar estudantes que enfrentam problemas dentro e fora de casa. As iniciativas se estendem a espaços dedicados a outras atividades, como o esporte. Primeiro time de futsal LGBTQ da Paraíba, o Dandara atua como um espaço de acolhimento e resistência, segundo Suellen Gentil, do curso de Tradução da UFPB. Ela diz que quer ser respeitada e valorizada como mulher lésbica e acredita que a universidade é um dos principais espaços que dispõe para quebrar preconceitos. “São práticas como essas que nós reafirmamos nossa existência. Vamos continuar lutando por uma universidade que seja mais plural e diversa.”

Por Ítalo Rômany, da agência Eder Content, colaboração para o TAB, em João Pessoa (PB)

Cotas para negros independem de classe, diz CNJ

(Folha de S. Paulo, 29/09/2015) Órgão barra decisão de tribunal que alterou norma sobre reserva de vagas no Judiciário

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) barrou uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio que alterou a norma que determina reserva de 20% das vagas para negros em concursos públicos para juízes e servidores do Judiciário.

O tribunal local adotou a regra do CNJ com restrição maior, exigindo, além do critério racial, comprovação de situação de carência. “Por candidato negro carente entende-se aquele oriundo de família com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita”, fixou.

Em decisão liminar, o ouvidor do CNJ, Fabiano Silveira, determinou o cumprimento da reserva para negros independentemente da origem social do candidato.

“A ação afirmativa não se mede em salários mínimos, isto é, o seu valor simbólico e a sua potencialidade reparadora projetam-se em um contexto histórico que não poderia ser reduzido”, afirmou.

Para Silveira, embora exista discussão sobre qual a maneira mais eficiente de se instituir cotas, o CNJ optou pela reserva de vagas para negros, sem restrições de classe.

“A medida adotada pelo conselho insere-se no contexto de um pacto social intergeracional para promover, tanto quanto possível, a plena inserção dos negros na sociedade brasileira, corrigindo distorções e injustiças históricas em favor tanto dos diretamente beneficiados como –e principalmente– de toda coletividade”, completou.

O TJ do Rio argumentou que é necessário que “a cota racial atinja quem, de fato, se encontra em uma posição de desvantagem social” e que o conselho permitiu que tribunais adotassem “outros mecanismos de ação afirmativa”.

Em junho, o CNJ determinou a reserva de vagas para negros na magistratura em todos os tribunais do país. A norma terá validade até 2024 a partir de sua publicação, o que deve ocorrer nos próximos dias. Supremo Tribunal Federal e CNJ já adotam a cota para seus servidores.

A cor é autodeclarada no momento de inscrição no concurso.

Márcio Falcão

Acesse no site de origem: [Cotas para negros independem de classe, diz CNJ \(Folha de S. Paulo, 29/09/2015\)](#)

Única presidenciável negra, Marina sofre resistência entre afrodescendentes

(BBC Brasil, 11/09/2014) Em 2010, quando disputou o Planalto pela primeira vez, Marina disse querer ser “a primeira mulher negra, de origem pobre, presidente da República Federativa do Brasil”. Quatro anos depois, ela aparece, segundo o Ibope, na liderança de intenções de voto entre eleitores brancos, mas atrás de Dilma Rousseff entre os negros e pardos.

Apesar de ser a única entre os três principais candidatos a dedicar um capítulo inteiro do programa de governo à população negra, a ex-senadora não é percebida como representante dessa parcela dos eleitores.

Evangélica, filha de mãe mestiça e pai negro, Marina é analisada com desconfiança por professores universitários, institutos de pesquisa, coletivos, organizações sociais e ativistas ouvidos pela BBC Brasil.

As críticas mais frequentes questionam a postura da candidata sobre temas importantes à militância negra. Liberdade para religiões de matriz africana, registro de terras para comunidades quilombolas, viabilização de políticas afirmativas, como cotas raciais, e a falta de vínculos com o movimento foram os principais pontos levantados pelos entrevistados.

“Ficamos muito felizes que alguém se autodeclare negro, mas em hipótese alguma Marina representa a luta dessa população”, diz o professor Paulino Cardoso, presidente da Associação

Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e pesquisador da cultura afrobrasileira há 30 anos.

“Somos [os negros] os mais miseráveis entre os miseráveis no Brasil”, afirma Cardoso. “Será que o Estado enxuto que ela promete, de caráter neoliberal, com Banco Central independente, vai conseguir financiar nossas políticas sociais? Os negros dependem muito dessas iniciativas, elas custam mais de R\$ 12 bilhões ao governo e são mal vistas pelas oligarquias”, diz o professor.

O comitê de Marina assegurou que a candidata responderia pessoalmente às questões enviadas sobre o tema pela BBC Brasil. Após desmarcar duas vezes o compromisso, os assessores deixaram de atender a reportagem.

Aliados

A doutora em psicologia Elisa Nascimento, presidente do Ipeafro (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros), diz que os aliados políticos de Marina podem comprometer sua postura em relação à tolerância religiosa.

À imprensa, Marina Silva disse repetidas vezes defender um “estado laico”. A candidata, entretanto, tem o apoio de importantes lideranças políticas evangélicas – caso do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP), que já disse “profetizar o sepultamento dos pais de santo” e o “fechamento dos terreiros de macumba”.

“Tenho visto Marina tentar desvincular religião de seus posicionamentos, mas fica evidente que suas crenças influenciam sua ação política. Há neopentecostais que repetidamente desrespeitam o candomblé e a umbanda. Há terreiros sendo invadidos e destruídos. Religiosos sendo perseguidos. Marina não se posiciona e tem apoio de alguns dos principais inimigos destas religiões.”

Ouvida pela BBC Brasil, Valneide Nascimento, coordenadora nacional de política e promoção da igualdade racial da campanha, reconhece falhas.

“Não detalhar (a política sobre religiões) foi um erro nosso”, disse à reportagem, por telefone.

“Como Marina, eu que sou a coordenadora nacional também sou protestante e a gente não tinha um acúmulo de conhecimento sobre religiões de matriz africana”, diz. “Nós deixamos de colocar porque não tínhamos um entendimento sobre como deveria ser, na época.”

Valneide, no entanto, nega outra alteração no programa de governo – no fim de agosto, o PSB eliminou trechos do capítulo destinado aos direitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais). A mudança foi justificada na época como “falha no processo de editoração”.

“Não vamos alterar. As religiões estão no programa, o que faltou foi o detalhamento. Mas vamos anunciar esses detalhes pessoalmente no dia 20, em Salvador.”

Quilombolas

Segundo dados de 2013 da Fundação Cultural Palmares, de pelo menos 1.281 comunidades quilombolas em processo de oficialização, só 21 tiveram seus territórios efetivamente titulados, como recomenda a Constituição.

O programa de governo divulgado por Dilma Rousseff não cita quilombolas em nenhum momento.

Já Aécio Neves menciona a “implementação de programas de apoio e auxílio a comunidades quilombolas”, além de referências a “setores vulneráveis” como “mulheres, crianças, idosos, afrodescendentes, LGBT, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiências, vítimas da violência e indígenas” (veja mais no quadro).

Além de citar quilombolas 34 vezes, o programa de Marina é o único a dedicar um capítulo ao tema.

No texto, ela promete “acelerar os processos de reconhecimento e titulação de terras quilombolas”, “melhorar o abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo”, “coibir a especulação imobiliária em áreas de quilombos e arredores”, entre outras iniciativas. Mesmo assim, suas propostas encontram resistência.

“Culturalmente, os limites da negociação de terras para comunidades tradicionais esbarra na agropecuária. A demarcação nunca vai ser interesse dos proprietários”, diz João Jorge Rodrigues, mestre em Direito Público e presidente do Olodum, na Bahia.

“Como alguém pode anunciar uma série de políticas para comunidades quilombolas e ao mesmo tempo ter um dos líderes do agronegócio como vice?”, indaga.

Paulino Cardoso, da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), também é cético. “Marina se alia a bancos e oligarquias para fazer o que chama de nova política. Papel aceita tudo. A gente precisa saber como vai ser feito.”

Cotas por dez anos

Os três principais candidatos à presidência nestas eleições defendem a política de cotas raciais em universidades.

Em seu programa de governo, a ex-senadora diz “reafirmar a importância das cotas para população negra brasileira, como medida temporária, emergencial e reparatória da dívida histórica, com data prevista para terminar”.

Já Dilma Rousseff afirma pretender “tornar realidade a Lei de Cotas no serviço público federal, garantindo-lhe a mesma efetividade já alcançada pela lei de cotas nas universidades”. Aécio Neves vai na mesma linha, pregando a “defesa e manutenção das ações afirmativas de inclusão social, inclusive cotas, em razão de raça”.

Viúva do ex-senador Abdias Nascimento, criador do Teatro Experimental do Negro nos anos 1940 e premiado pela Unesco por seu pioneirismo na luta pelos direitos da população negra, Elisa Nascimento, a presidente do Ipeafro, critica o texto do programa da candidata do PSB sobre cotas.

“Ela fala sobre as cotas como medida com data prevista para terminar, mas não vejo como determinar uma data. Estamos longe de uma situação social de equilíbrio, sem desigualdades estatísticas entre negros e brancos”, diz.

Segundo o IBGE, 66,6% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos frequentam universidades,

enquanto 37,4% dos negros ou pardos estão no ensino superior.

Ouvida pela BBC Brasil, a coordenação do programa racial de Marina afirma que 10 anos seriam o horizonte esperado para a transição de cotas raciais para cotas sociais.

“A gente não quer que o negro fique para sempre dependendo das cotas”, diz Valneide Nascimento.

“O recorte racial nas cotas é necessário, porque pobreza e racismo são coisas diferentes”, contra argumenta Elisa. “O fator racial é outro e não se resolve com políticas generalistas.”

Símbolo

Para a médica Jurema Werneck, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, a falta de propostas efetivas para a população negra é um problema comum a todos os candidatos.



João Jorge, presidente do Olodum, diz que políticas para quilombolas são incompatíveis com agronegócio. (Foto: BBC Brasil/Arquivo Pessoal)

A possibilidade de uma presidente negra “é simbolicamente importante”, diz a ativista.

“Mas este é um simbolismo que fala mais do passado, da luta que o movimento negro travou e que permitiu que ela chegasse lá”, diz. “Marina Silva e nenhuma outra candidatura à presidência se colocaram [sobre políticas para os negros]. A classe política ainda está muito atrasada nisto.”

Para Thaís Santos, do Coletivo Negro, da USP, a candidata se declarar ou não negra “não significa muito”.

“Num país onde muitos dos negros não se entendem como negros, não a entenderão também.

Se ela declarasse isso nas propagandas, se isso fosse parte de sua campanha, era outra coisa.”

A biografia da candidata, publicada em seu site oficial de campanha, não menciona sua cor.

Ainda assim, Dennis de Oliveira, professor da USP e coordenador do coletivo Quilombação, considera importante que afrobrasileiros ganhem espaço em esferas de poder – e cita Joaquim Barbosa, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal.

“Marina militou com seringueiros, mas não me lembro de políticas para a população negra”, afirma. “Ela é muito mais percebida pela questão ambiental do que pela identificação com os negros.”

Segundo a coordenadora de políticas raciais, Valneide Nascimento, “o programa foi construído com a participação de representantes da sociedade e da militância em todo o Brasil”.

Questionada sobre quais grupos de militância participaram, Nascimento não soube responder. “Eram muitos, a gente chamava e eles iam.”

Acesse no site de origem: [Única presidenciável negra, Marina sofre resistência entre afrodescendentes \(BBC Brasil, 11/09/2014\)](#)

[Folha publica vídeo contra cotas raciais e feministas negras criticam campanha](#)

(Revista Fórum, 02/08/2014) Na última sexta-feira (1^o), a *Folha de S. Paulo* publicou um vídeo expondo sua opinião sobre o sistema de cotas raciais no Brasil. Intitulado “Sistema de Cotas: o que a Folha pensa”, a peça declara posicionamento contrário à medida usando a modelo Carol Prazeres como interlocutora.

Para Marjorie Chaves, mestra em Estudos Feministas e de Gênero pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Política Social pela mesma instituição, o vídeo foi bem estudado e não possui propósitos democráticos. “Mesmo com o argumento de que publica opiniões contrárias, [a *Folha*] privilegia as opiniões contra a toda e qualquer política de promoção da igualdade racial. Além disso, não colocou uma mulher negra na campanha à toa, podia ser um homem negro. Mas nós fazemos parte do contingente que mais ingressou em universidades públicas nos últimos anos, a *Folha* sabe disso. A ideia é a de que recuemos em nossas conquistas. É uma campanha cínica, inescrupulosa”.

Para outras ativistas, a publicação pode ter um lado positivo. “Confesso que não acho ruim a *Folha* se manifestar contrária às cotas, mesmo tendo o STF entendido que as cotas são legais”, pondera Juliana Coutinho, militante negra dos movimentos negro e feminista. “Enquanto editorial, que seja respeitado o direito de liberdade de expressão. E para a sociedade, especialmente para a militância negra, a vantagem, sinceramente, é o jogo limpo. O pequenino jornal mostra a que veio, jogando fora a máscara de imparcialidade hipócrita usada pra vender periódicos com a etiqueta de grife ‘somos imparciais’”, finaliza.

O vídeo contrário às cotas raciais faz parte de uma série que pretende expor o posicionamento do jornal sobre “temas polêmicos” e já falou a respeito de questões como aborto, drogas e voto obrigatório.

Acesse no site de origem: [Folha publica vídeo contra cotas raciais e feministas negras criticam campanha \(Revista Fórum, 02/08/2014\)](#)